

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.775.066 - SP (2020/0269744-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : BERNADETE DA SILVA SOARES
ADVOGADO : VINICIUS DUARTE PAPPAROTTE - SP329414
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por BERNADETE DA SILVA SOARES contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

REMESSA NECESSÁRIA – AUXÍLIO DOENÇA ACIDENTÁRIO SEGURADA QUE SOFREU ACIDENTE DE TRABALHO “IN ITINERE” POSTERIOR CONCESSÃO DE AUXÍLIO DOENÇA PELA AUTARQUIA SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A DEMANDA TÃO SOMENTE PARA DETERMINAR O PAGAMENTO DE AUXÍLIO DOENÇA NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE O REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO INDEFERIDO E A CONCESSÃO DO BENEFÍCIO LAUDO PERICIAL QUE CONTUDO EXPRESSAMENTE AFASTOU A EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE TOTAL EM PERÍODO ANTERIOR AO DO AFASTAMENTO SENTENÇA REFORMA

Quanto à controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, a parte alega divergência de interpretação jurisprudencial no que concerne ao termo inicial para a concessão de benefício previdenciário, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Conforme se verifica no julgado proferido por este C. STJ, já citado acima, bem como pelo teor do v. acórdão ora atacado, resta evidente a divergência jurisprudencial, senão vejamos. Isto porque, conforme se extrai do v. acórdão atacado, nota-se que o Egrégio TJSP fundamentou a decisão com base no laudo pericial para fixar o termo inicial de aquisição de direitos, sob a premissa de inexistir incapacidade pretérita a justificar a extensão do benefício de auxílio - doença para período anterior ao do afastamento, ao passo que o entendimento pacífico é no sentido de que o termo inicial para a concessão de benefício previdenciário é a data do requerimento administrativo.

[...]

Logo, considerando que a incapacidade foi constatada pelo perito a partir de 15/05/2014, e que a recorrente somente recuperaria suas condições de trabalho cerca de 06 meses após a cirurgia (que é o único tratamento indicado para a patologia da mesma, conforme o próprio perito esclareceu no quesito n.º 15 do recorrido, que somente foi realizada em (21/03/2016 - fls. 03 do laudo), obviamente que a mesma esteve impossibilitada de exercer suas atividades laborais no período em que solicitou o afastamento previdenciário e o mesmo foi indeferido.

[...]

Destarte, inequívoco é o fato de que as recusas do recorrido quanto à concessão do benefício auxílio-doença previdenciário à recorrente se revelaram indevidas, sendo de rigor a reforma do v. acórdão para acolher o pedido inicial de recebimento dos valores não auferidos no período compreendido entre os requerimentos administrativos indeferidos e a concessão do benefício auxílio-doença previdenciário (fls. 218/220).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais dispositivos legais seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nessa linha, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF”. (AgRg no REsp 1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp 1.616.851/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 21/8/2020; AgInt no AREsp 1.518.371/RJ, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 15/5/2020; AgInt no AREsp 1.552.950/SP, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 8/5/2020; AgInt no AREsp 1.023.256/SP, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 24/4/2020; e AgInt nos EDcl no AREsp 1.510.607/SP, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, DJe de 1º/4/2020.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do

Superior Tribunal de Justiça

recurso especial.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente